

Pregão Eletrônico N° 90543/2024 (Lei 14.133/2021)

UASG 925373 - SUPERINTEND.ESTAD.DE COMPRAS E LICITAÇÕES-RO

Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Modo disputa: Aberto



Disputa

Julgamento

Habilitação

Fase Recursal

Adjudicação/ Homologação

6 CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTO (MATERIAL)

Sem benefícios ME/EPP

S2 Julgado e habilitado (aguardando adjudicação)

Qtde solicitada: 1

Valor estimado (unitário) R\$ 1.214.361,9100



Você está visualizando os recursos da sessão mais recente do item

Sessão do Julgamento/Habilitação

Data limite para recursos

13/11/2025

Data limite para decisão

08/12/2025

Data limite para contrarrazões

18/11/2025

Recursos e contrarrazões

26.915.509/0001-58

P. H. B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA

Recurso: cadastrado

Intenção de recurso

Intenção de recurso da habilitação de propostas registrada às 11:46 de 10/11/2025

Recurso

RECURSO ADMINISTRATIVO PHB.pdf

13/11/2025 23:54:10

Contrarrazões

45.919.060/0001-40

SOLIMOES LTDA

Contrarrazão registrada

45.919.060/0001-40

SOLIMOES LTDA

Recurso: não registrado

Decisão do pregoeiro

| Nome | Decisão tomada | Data decisão |
|------|----------------|------------------|
| NOME | não procede | 12/12/2025 13:36 |

Fundamentação

Ata TERMO DE JULGAMENTO DO RECURSO PREGÃO N° 90543/2024 – SUPEL/RO PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.: 0009.004523/2024-21/DER-RO OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil (Básico, Elétrico, Hidrossanitário e Cabeamento Estruturado) destinados à execução direta de serviços comuns de engenharia, visando atender às demandas das residências regionais e usinas de asfalto vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER/RO. A Comissão de Licitação, reunida para fins de julgamento dos recursos administrativos interpostos no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90543/2024, passa à análise do recurso apresentado pela empresa PHB MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, o qual recorre a habilitação da empresa SOLIMOES LTDA nos LOTES 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 11 do certame, após acolhimento do Pedido de Reconsideração anteriormente formulado pela Solimões. I – RELATÓRIO Após exame minucioso das razões recursais, das contrarrazões apresentadas e dos documentos constantes nos autos, a recorrente PHB MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA sustenta, conforme se expõe a seguir: I.1 - DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO (...) II- SÍNTESE DAS RAZÕES RECURSAIS A empresa Recorrente participou no dia 11 de junho de 2025 às 09:00h (Horário de Brasília), do certame Pregão Eletrônico 90543/2024/SUPEL/RO, que objetiva o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil (Básico, Elétrico, Hidrossanitário e

Cabeamento Estruturado) destinados à execução direta de serviços comuns de engenharia, visando atender às demandas das residências regionais e usinas de asfalto vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER/RO. Dando seguimento ao certame, o pregoeiro analisou as propostas classificadas e habilitou a empresa SOLIMOES LTDA para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, e 11, todavia, ao observar a documentação da referida empresa, verificou-se que esta não atendeu aos requisitos do Edital e, após a análise de Recurso interposto contra a habilitação da Solimões, a Pregoeira, acertadamente, inabilitou a empresa, apesar de não ter acatado todos os argumentos que comprovavam a devida inabilitação da empresa. Senão Vejamos: Para comprovar a qualificação econômico-financeira, a empresa apresenta balanço patrimonial com inconsistências nos sucessivos aumentos de capital social, considerando uma possível simulação da integralização em moeda corrente para obter vantagens na licitação, omitindo a real situação financeira da licitante. Ademais, apresenta proposta em desconformidade com os termos do edital, apresenta certidões vencidas e não comprova a qualificação técnica necessária, haja vista a incompatibilidade dos atestados apresentados. Por tais razões, apresentamos a seguir os motivos que justificam o presente Recurso, com o objetivo de pontuar a divergência no aceite e habilitação da proposta da empresa SOLIMOES LTDA, conforme será demonstrado adiante.

II – DAS RAZÕES PARA INABILITAÇÃO DA EMPRESA SOLIMOES LTDA. II.1 – DA IMPOSSIBILIDADE DE “PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO” COMO SUCEDÂNEO RECURSAL E DA PRECLUSÃO. O edital e a Lei 14.133/2021 estabelecem um regime recursal escalonado e preclusivo. O artigo 165, §1º, I, Lei 14.133 dispõe sobre a necessidade de manifestação imediata da intenção de recorrer contra a habilitação/inabilitação, sob pena de preclusão. Já o item 17.1 do Edital mantém a mesma exigência, com registro da intenção via sistema e prazo subsequente para razões recursais. No caso concreto, tem-se que a Solimões não manifestou intenção de recorrer no momento próprio em face de sua inabilitação decidida com a devida e regular publicação no sistema eletrônico via Chat, no dia 10/10/2025, com disponibilização de prazo de 10 minutos para manifestação da intenção de recorrer, nos moldes previstos no inciso I do §1º do artigo 165 da Lei 14.133/2021 e no item 17.1 do Edital. (IMAGEM AUTOMÁTICA DO CHAT COMPRAS.GOV - RECURSO DA PHB) Assim, a empresa Solimões não apresentou qualquer intenção de insurgir-se contra a inabilitação ora realizada, deixando de apresentar manifestação tempestiva naquela oportunidade, operando-se a preclusão temporal, conforme consagrado no item 17.2 do Edital, em alusão ao princípio da segurança jurídica e no devido respeito à ordem procedimental do certame. (...) A preclusão do direito de insurgir-se contra a própria inabilitação impede que a parte alegue questões que deveriam ter sido apresentadas em momento anterior no processo administrativo, conforme preceitua o princípio da vinculação ao edital e da legalidade procedimental do certame. Portanto, caracterizada a preclusão, uma vez que a manifestação contra a própria inabilitação só ocorreu posteriormente e por via recursal indevida, haja vista que não é cabível o pedido de reconsideração para desclassificação/inabilitação no certame, mas tão somente para os casos relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico, consoante prevê o inciso II do artigo 165 da Lei 14.133/2021, além de, sequer, ter realizado a interposição de recurso administrativo em face do resultado proclamado, o que, aparentemente, tem por objetivo tumultuar o processo administrativo. Portanto, o Pedido de Reconsideração da empresa Solimões sequer deveria ter sido conhecido, por absoluta intempestividade e ausência de interesse recursal superveniente. A preclusão recursal no procedimento licitatório é desdobramento da segurança jurídica e da igualdade de tratamento, impedindo que a Administração reabra, indefinidamente, fases superadas para favorecer determinado concorrente. Em termos práticos, transformar a reconsideração em “recurso paralelo” significa permitir que um licitante subverta o cronograma procedimental do artigo 165 da Lei 14.133/2021 e, sobretudo, fragilizar a posição das empresas que cumpriram rigorosamente os prazos, como a Recorrente. Portanto, a reconsideração, como faculdade da autoridade, não autoriza suprir omissão recursal de licitante, nem afastar preclusão consumada, tampouco revisar julgamento em prejuízo da isonomia, sem fato novo relevante e idôneo, razão pela qual o Pedido de Reconsideração foi indevidamente acatado.

II.2. DAS ILEGALIDADES ESPECÍFICAS NA HABILITAÇÃO DA SOLIMÕES LTDA II.2.1. VIOLAÇÃO AO ITEM 12.4.3 DO EDITAL: NÃO APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA COMPATIVÉIS COM O OBJETO E QUANTITATIVOS LICITADOS. Diante disso, a manutenção da habilitação da empresa incorre em clara inobservância dos princípios e da legislação que rege os procedimentos licitatórios, especialmente os princípios da legalidade, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, já que os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa vencedora dos lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, e 11 e não possuem similaridade com o objeto licitado, uma vez que, sequer, comprovam fornecimento anterior de insumos de acabamento, o que, claramente, não cumpre o exigido. Assim, vejamos a exigência editalícia quanto aos atestados estabelecido no item 12.4.3 do Edital. Vejamos: (...) Os documentos apresentados pela Solimões, como reconheceu a própria Comissão de Obras em seu julgamento inicial, limitam-se, em essência, a fornecimento de brita, areia, pedrisco, cimento e materiais pétreos, sem qualquer comprovação de fornecimento anterior de materiais de acabamento, elétricos, hidrossanitários ou de cabeamento estruturado e sem comprovação de fornecimento prévio em quantitativo com percentual mínimo de 10% do valor estimado individual equivalente a todos os itens vencidos. Contudo, ao observar, analisar e realizar a somatória dos atestados da empresa SOLIMOES LTDA, observa-se que os atestados apresentados não são compatíveis com os itens ganhos relacionados às características e quantidade solicitada. Portanto, os atestados são incompatíveis com o edital, não atendendo às exigências de percentual mínimo de 10%. Assim, os atestados apresentados pela empresa SOLIMÕES referem-se tão somente ao fornecimento de Brita, Areia, Cimento, Pedrisco, Pó de brita e Pedra Mão, em desconformidade com o estabelecido no edital e o previsto no Artigo 67, §2º, II da Lei 14.133/2021, o que resulta na sua inabilitação por desatender as cláusulas previstas no instrumento convocatório. O Princípio da vinculação ao Edital, é regente do certame licitatório, sendo princípio consagrado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Vejamos: (...) A Administração Pública em sua atuação, entre outros deveres, impõe-se especificar os requisitos a serem atendidos por licitantes que pretendem contratar com o Poder Público. Por isso, a Lei n.º 14.133/2021, estabelece um rol de exigências de modo a assegurar que seja selecionado um contratante com a capacidade que lhe permita bem desempenhar o objeto licitado. Sendo o Edital a lei interna da licitação, nele devem constar as condições para habilitação dos interessados em participar do processo. Dessa forma, as condições de classificação e habilitação devem estar expressamente previstas no edital de licitação e anexos, o seu instrumento-matriz que, como tal, vincula inteiramente a Administração e os licitantes a seus termos e condições. São essas exigências que permitem assegurar que o objeto do contrato será devidamente atendido pelo licitante vencedor e, por decorrência, afastar aqueles que não dispõem de condições para executar satisfatoriamente o objeto licitado. Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo. Visto isso, é certo que, caso seja mantida a habilitação com a consequente contratação de empresa que desrespeitou as condições previamente estabelecidas em edital, mesmo que seja do licitante com a melhor proposta, prejudicados ficam os licitantes que se prenderam aos termos do instrumento convocatório, ferindo também o princípio da igualdade entre os licitantes, além de outros princípios inerentes ao processo licitatório. (...) Desse modo, é notório o descumprimento da empresa vencedora aos requisitos estabelecidos no edital de licitação, no que se refere, ainda, à comprovação da realização de atividade anterior compatível em objeto e quantidade, restando como medida a sua inabilitação, sob pena de inobservância aos princípios administrativos e a consequente invalidação do certame.

II.1.2 – A APRESENTAÇÃO DE BALANÇOS PATRIMONIAIS IRREAIS. INCONSISTÊNCIAS NA DEMONSTRAÇÃO DA ATUAL SITUAÇÃO FINANCEIRA DA LICITANTE SOLIMÕES LTDA. Outra obrigação e não menos importante que a comprovação da capacidade técnica, é a obrigação de comprovação da qualificação econômico-financeira, através da saúde financeira da empresa que fornece produtos ou serviços para a administração pública. Nesse sentido a Lei 14.133/21 e o instrumento editalício para o presente certame exigiram que fosse apresentado os 2 últimos balanços da empresa que retratem a sua atual e real condição financeira. (...) O licitante ora recorrido, apresentou os demonstrativos financeiros (BALANÇOS), onde foi possível verificar que houve várias alterações do contrato social, onde foram realizados aumentos gradativos do capital social a integralizar futuramente e que também não constam no balanço patrimonial e, por sua vez, fazem com que o coeficiente que retrataria a real condição financeira da empresa padeça de transparência, credibilidade e idoneidade. A simulação de aumento de capital social para fins de licitação é uma conduta extremamente grave e acarreta uma série de implicações legais e contábeis para a empresa. Diante disso, analisemos o Histórico dos Aumentos de Capital Social da SOLIMOES LTDA: (IMAGEM BALANÇO PATRIMONIAL 2023) Ao verificar o documento “documento inteiro teor ROC2500133503.pdf”, é possível rastrear a evolução do capital social da empresa e as alterações registradas na Junta Comercial do Estado de Rondônia (JUCER/RO). Vejamos: 1. Constituição (05/04/2022): A empresa C S J SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA foi constituída com um capital social de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente. 2. 2ª Alteração Contratual (30/05/2023): O capital social foi alterado de R\$ 45.000,00 para R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a declaração de que o valor foi “totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país”. a. documento inteiro teor ROC2500133503.pdf, 2ª Alteração do Contrato Social, Cláusula Primeira “CAPITAL SOCIAL: Neste ato altera o capital social que era de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais)... Passando para R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)... totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país.” 3. 3ª Alteração Contratual (05/10/2023): O capital social foi elevado de R\$ 300.000,00 para R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), também com a declaração de integralização em moeda corrente. Nesta mesma alteração, a denominação social mudou para SOLIMOES LTDA. a. documento inteiro teor ROC2500133503.pdf, Terceira Alteração Contratual, Cláusula Segunda “o capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país, que é no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), fica elevado para 500.000,00 (quinhentos mil reais)... sendo um aumento de 200.000,00 (duzentos mil reais) integralizado neste em moeda corrente do país” 4. 4ª Alteração Contratual (24/11/2023): O capital social subiu de R\$ 500.000,00 para R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), com a mesma declaração de integralização em moeda corrente. a. documento inteiro teor ROC2500133503.pdf, Quarta Alteração Contratual, Cláusula Primeira “O capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país, que é no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), fica elevado para 800.000,00 (oitocentos mil reais)... sendo um aumento de 300.000,00 (trezentos mil reais) integralizado neste em moeda corrente do país” 5. 5ª Alteração Contratual (11/04/2025): O capital social foi novamente aumentado de R\$ 800.000,00 para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com a declaração de integralização em moeda corrente. a. documento inteiro teor ROC2500133503.pdf, Sexta Alteração Contratual, Cláusula Primeira “O capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país, que é no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), fica elevado para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)... sendo um aumento de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) integralizado neste em moeda corrente do país” No entanto, o que se observa é que, em todas essas alterações, é explicitamente declarado que o aumento de capital foi “totalmente integralizado em moeda corrente do país”, todavia, não se observa a integralização de fato, ou seja, o aporte financeiro do dinheiro correspondente ao aumento, o que pode indicar uma possível simulação de aumento de capital social. Apresentar um capital social fictício para demonstrar capacidade econômica e financeira que a empresa não possui, caracteriza-se como fraude ao processo licitatório. Isso se enquadra na apresentação de “declaração falsa” ou “documento falso” para habilitar-se na licitação, com implicações em âmbito. Diante disso, necessária a realização de diligências pela pregoeira ou comissão, já que possuem o poder-dever de apurar a veracidade das informações e documentos apresentados pelos licitantes, podendo realizar uma Análise Aprofundada da Documentação Contábil e Financeira através de parecer contábil especializado. A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) reforça essa prerrogativa, fundamentado em diversos princípios, como o da Legalidade, Princípio da Moralidade, Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, bem como o Poder-Dever de Diligência (Art. 64, § 1º, e Art. 69 da Lei nº 14.133/2021). O Art. 64, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, é explícito: “A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade e a compatibilidade das informações e documentos apresentados no registro cadastral ou na documentação de habilitação.” Embora use a palavra “poderá”, a doutrina e a jurisprudência entendem que, diante de uma denúncia ou fundada suspeita, essa faculdade se converte em um dever. Já o Art. 69 reforça que “A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato.” Se o capital é fictício, não há aptidão econômica real, o que coloca em risco a execução do contrato. O pregoeiro tem o dever de proteger o interesse público. A ausência da efetiva integralização do capital social com as distribuições de lucro dos exercícios anteriores, macula a idoneidade dos balanços apresentados, tornando-os imprestáveis para os fins de atestar a capacidade econômico-financeira real da empresa. A qualificação econômico-financeira, que exige a apresentação de balanços patrimoniais e demais demonstrações contábeis (Art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021), visa justamente a aferir a aptidão da empresa para cumprir as obrigações contratuais. Se informações cruciais sobre dívidas ou execuções em andamento foram omitidas ou subnotificadas, isso configura uma manipulação da verdade que pode ter induzido a Administração a erro, comprometendo a segurança jurídica e a economicidade da contratação. A conduta da empresa SOLIMÕES LTDA, ao apresentar possivelmente, balanços patrimoniais que não refletem sua real situação financeira, configura infrações administrativas e, potencialmente, atos lesivos à Administração Pública, com base em diversos diplomas legais: Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e

Contratos Administrativos): O Art. 155, inciso VIII, é cristalino ao tipificar como infração administrativa a conduta de "apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato". As sanções para tal infração, conforme o Art. 156, incluem: "multa (de 0,5% a 30% do valor do contrato)" e a "declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, por um período de 3 a 6 anos". Esta última sanção é de extrema relevância para proteger o erário e garantir que empresas que agem com deslealdade sejam afastadas dos processos de contratação pública. A qualificação econômico-financeira, regulada pelo Art. 69, exige a apresentação de balanços patrimoniais e demonstrações contábeis. A omissão de dívidas ou processos de execução em andamento, que impactam a capacidade da empresa de cumprir o contrato, representa uma violação direta a este dispositivo e à boa-fé que se espera de um licitante. (...) A apresentação de declaração falsa indevidamente como ME e a possível fraude em balanços patrimoniais pode ser enquadradas como "atos lesivos" à Administração Pública, nos termos do "Art. 5º, inciso IV, alínea 'd'", que prevê a "fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente". Além disso, a omissão de informações financeiras relevantes pode ser interpretada como uma tentativa de "dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos" (Art. 5º, inciso V). As sanções previstas na Lei Anticorrupção (Art. 6º) incluem multa (de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício) e a publicação extraordinária da decisão condenatória. É crucial ressaltar que a aplicação dessas sanções pela Lei nº 12.846/2013 não exclui as sanções previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, nem a responsabilidade individual dos dirigentes ou administradores, ou a responsabilidade criminal (Art. 30 da Lei nº 12.846/2013). Por fim, responsabilização ainda em âmbito Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940, com alterações da Lei nº 14.133/2021), já que a conduta de "fraudar a licitação" é um crime tipificado no Art. 337-L do Código Penal, com pena de reclusão de 4 a 8 anos e multa. A falsidade documental e a omissão de informações financeiras podem se enquadrar perfeitamente nesse tipo penal, especialmente se visarem a tornar o contrato mais oneroso para a Administração ou a obter vantagem indevida.

4. Dever de Apuração da Administração Pública: A conduta de "fraudar a licitação" é um crime tipificado no Art. 337-L do Código Penal, com pena de reclusão de 4 a 8 anos e multa. A falsidade documental e a omissão de informações financeiras podem se enquadrar perfeitamente nesse tipo penal, especialmente se visarem a obter vantagem indevida. A apuração aprofundada das irregularidades, incluindo a análise minuciosa dos balanços patrimoniais e de todas as declarações prestadas pela empresa SOLIMÕES, é imperativa. A transparência e a veracidade das informações financeiras são a base para a tomada de decisões informadas pela Administração, evitando prejuízos ao erário e garantindo que apenas empresas idôneas e financeiramente capazes contratem com o Poder Público. A omissão de dívidas ou a apresentação de dados financeiros distorcidos não apenas falseia a competição, mas também coloca em risco a execução do contrato e a prestação dos serviços pretendidos.

II. 1. 3 - AUSÊNCIA DE PLANILHAS DE BDI Um fato de grande importância observado nos documentos da empresa SOLIMÕES LTDA é a ausência de informações completas relacionados ao BDI. Nas planilhas de custo e formação de preços apresentadas, a empresa descreve sobre a taxa de BDI, mas em nenhum momento apresenta a planilha de BDI de forma a comprovar as porcentagens descritas, ocasionando ausências de informações no processo, que afetam a realidade das informações descritas. É importante lembrar que a planilha de BDI é uma ferramenta de grande importância pois calcula o Benefícios e Despesas Indiretas de uma obra ou serviço. Através do documento, é possível verificar os percentuais sobre o custo direto para cobrir os custos indiretos (como administração, seguros e tributos) e incluir a margem de lucro desejada, chegando ao preço final de venda ou orçamento da obra. Em virtude da ausência de apresentação dessa planilha com as informações completas, não é possível a verificação adequada dos percentuais e capacidade da empresa em relação aos custos para execução do contrato. É incompatível com qualquer realidade de mercado supor que uma empresa possa, de forma lícita e sustentável cumprir encargos trabalhistas, previdenciários, FGTS, férias, 13º, adicionais, contribuição patronal, mantendo, ainda, encargos sociais igual a zero em sua formação de preço. II.1.4. DAS CERTIDÕES VENCIDAS De acordo com o item 6.2 do edital, é de "responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação." Ainda, no item 12.7 descreve que "é de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados". O descumprimento dos itens pode ensejar na inabilitação do licitante, conforme item 12.8 do edital. Vejamos que, a empresa SOLIMÕES LTDA está com pendências nos órgãos responsáveis:

- Do dia 02 de agosto até o dia 27 de agosto de 2025, a empresa estava sem a certidão federal válida, descumprindo as condições editalícias e a lei.
- Inclusive, no dia 08 de agosto de 2025, a empresa foi convocada para apresentar proposta para o lote 09, enviando seus documentos correspondentes, com a inclusão de certidão federal vencida.
- Atualmente, ao realizar pesquisa nas entidades responsáveis pela certidão estadual da empresa, observa-se que a certidão da empresa não está emitindo, ocasionando possíveis irregularidade no órgão. As certidões são documentos necessários para verificar a regularização fiscal, financeira, trabalhista e legal dos fornecedores. Portanto, ao aceitar e firmar contrato com empresas irregulares com as entidades, poderá acarretar em problemas na execução do contrato, atrasando o andamento do processo.

II.1.5 – DA AUSÊNCIA DE ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO. De acordo com o item 16 do edital, a respeito do encaminhamento da proposta financeira (proposta final), é descrito a apresentação do documento com os descontos ofertados, na qual deve constar a assinatura do representante legalmente credenciado e do responsável técnico com registro atualizado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Acompanhada da proposta, o vencedor deve apresentar também as planilhas de custo de formação de preços e composição de custos, devidamente assinada por ambos. No entanto, a empresa SOLIMÕES LTDA não apresentou proposta e planilhas assinadas pelo engenheiro, conforme diretrizes requeridas no item 16 do edital. Os documentos apresentados pela empresa SOLIMÕES LTDA divergem do solicitado em edital, descumprindo as obrigações editalícias. É importante pontuar que, a assinatura do responsável técnico no documento atesta a veracidade, exatidão e responsabilidade técnica pelas informações contidas na planilha. Portanto, o responsável se torna responsável pelos quantitativos, composições e metodologias apresentadas. Além de ser um requisito do edital, a planilha de custo detalhada e assinada pelos responsáveis é um documento obrigatório, previsto na nova Lei de Licitações N° 14.133/2021, com o objetivo de precificar e orientar a administração na pesquisa de mercado e fiscalização do contrato, permitindo ao contratante a garantia de que os custos e informações apresentadas foram baseadas em critérios técnicos e normas, como ABNT e SINAPI. Portanto, a ausência da assinatura do responsável técnico, devidamente credenciado e em validade com o Conselho Regional, interfere na seriedade e comprometimento dos responsáveis, podendo infringir a segurança e a conformidade legal do contrato, além de descumprir o item 16 do edital.

II.1.6 - REINCIDÊNCIA DE IRREGULARIDADES EM OUTRO CERTAME ESTATAL. O Pregão Eletrônico nº 90027/2025/SUPEL/RO, cujo Termo de Julgamento será juntado aos autos, revela que as mesmas irregularidades da Solimões já haviam sido reconhecidas naquele processo, inclusive com inabilitação da empresa. Isso demonstra que não se trata de falha pontual ou equívoco isolado, pois há padrão reiterado de inconsistência documental e formatação de propostas e que a Administração já havia adotado postura de maior rigor técnico, coerente com o ordenamento. A súbita flexibilização, em sentido diametralmente oposto, sem alteração relevante do quadro fático, afronta a LINDB (arts. 20 e 23), que exige coerência entre decisões administrativas em casos similares, consideração das expectativas legítimas despertadas pelos atos anteriores e motivação qualificada para afastar entendimento consolidado.

III – DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS. Cabe ao poder público tratar de que o interesse público seja atingido pela licitação e transcendendo esta finalidade o regulador deve proceder para proteger o mercado de práticas concorrenciais daninhas e obviamente o exemplo deve partir de si próprio. Nos casos em que haja evidências da inexistência de uma proposta é devido ao agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação a realização de diligências para o devido esclarecimento. Com isso, a diligência poderá ser realizada no caso de surgimento da dúvida perante qualquer requisito classificatório/habilitatório, cabendo ao pregoeiro/agente de contratação a realização de diligências para averiguar o atendimento das exigências por parte do licitante vencedor. Essa preocupação e a atitude do agente para esclarecer dúvidas ajudam a uma escorrida instrução processual, impedindo decisões precipitadas ou equívocos de avaliação, que impliquem prejuízo à competitividade ou mesmo ao certame, em razão de eventual suspensão ordenada pelo Poder Judiciário ou por órgão de controle. Assim, diante dos inequívocos indícios de inconsistências da proposta, a dúvida poderá ser suprida por diligência, encaminhando para o setor contábil responsável. Outrossim, não é legítimo que o interesse econômico do particular seja tido em primazia absoluta, em detrimento do interesse público de busca pela contratação mais vantajosa, contrariando princípios mezinhos como a competitividade, razoabilidade e eficiência. A busca pela melhor proposta e o atendimento aos princípios que conformam a atividade administrativa, como competitividade, razoabilidade e eficiência, exigem que, respeitando-se a isonomia, sejam tomadas medidas cabíveis para evitar problemas contratuais em razão de propostas impraticáveis, tudo isso com o intuito de garantir a seleção da melhor proposta.

IV – DOS PEDIDOS Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria:

- A) Que seja concedido efeito suspensivo ao procedimento licitatório, até seu julgamento;
- B) Sejam intimadas a empresa para, querendo, apresentar suas contrarrazões de recurso administrativo, em consonância com o direito a ampla defesa e ao contraditório;
- C) Que a empresa SOLIMÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.919.060/0001-40 seja INABILITADA pelas razões expostas nesta peça administrativa, quais sejam:
 - 1) Ausência da comprovação de qualificação técnica através de atestados técnicos de fornecimento de insumos compatíveis em objeto e quantidade do licitado;
 - 2) Apresentação de inconsistências no Balanço Patrimonial que não correspondem à realidade financeira da empresa, vez que desconsidera o aumento do capital social a integralizar, sem o respectivo aporte financeiro, conforme fatos e documentos comprobatórios expostos neste recurso administrativo;
 - 3) A declaração de que a Solimões LTDA não atende às exigências de qualificação técnica do item 12.4.3 do Edital, bem como não comprova adequadamente sua capacidade econômico-financeira, em consonância com os artigos 62 e 69 da Lei nº 14.133/2021; Por fim, requer que todas as notificações e intimações sejam publicadas em nome dos Patronos do Recorrente, FELIPE GURJÃO SILVEIRA, inscrito na OAB/RO 5320 e RENATA FABRIS PINTO GURJÃO, inscrita na OAB/RO 3126, sob pena de nulidade, nos termos do Código de Processo Civil. Nestes Termos, Pede Deferimento. (...) 1.2 - DAS CONTRARRAZÕES (...) 3. PRELIMINARMENTE 3.1. PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA Primeiramente, é importante aqui destacar que, a empresa P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA apresentou peça recursal anteriormente, no entanto, a peça atualmente apresentada não pode ser admitida, visto que foi atingida pela preclusão consumativa. A preclusão consumativa é a perda da prerrogativa processual de praticar determinado ato por já tê-lo praticado. Está diretamente ligada aos princípios da eventualidade, no qual o recorrente deverá alegar toda matéria de defesa em sua peça Recursal, bem como ao princípio da singularidade, que por sua vez consagra a premissa de que, para cada decisão a ser atacada, há um único recurso próprio e adequado previsto no ordenamento jurídico. Tal fenômeno jurídico é de aplicação obrigatória em todos os âmbitos do direito, por configurar princípio a ser seguido quando da realização de procedimentos jurídicos e administrativos. (...) Assim, não cabe à parte recorrente pretender rediscutir matéria preclusa, sob pena de violação direta à segurança jurídica e à estabilidade dos atos administrativos praticados no decorrer do certame. O acolhimento de tal pretensão implicaria afronta ao princípio da legalidade e da segurança jurídica, permitindo que um licitante mantenha indefinidamente em aberto o resultado de fases já finalizadas. (...) Assim, em alinhamento aos princípios que regem o processo civil, aplica-se ao procedimento licitatório a vedação à rediscussão de questões já analisadas e decididas pela Administração, uma vez esgotada a oportunidade processual apropriada para sua impugnação. Superada a fase própria, resta inviabilizada qualquer tentativa de reabrir o debate sobre matéria definitivamente consolidada nos autos, sob pena de violação à segurança jurídica e ao devido encadeamento das etapas do certame. Portanto, as razões recursais apresentadas pela empresa P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA mostram-se totalmente inadequadas, ineficazes e juridicamente incabíveis, não merecendo sequer conhecimento, na medida em que pretendem discutir aspectos já acobertados pela preclusão consumativa. Impõe-se, assim, a manutenção integral da decisão proferida pela Sra. Pregoeira, bem como a preservação da habilitação da empresa SOLIMÕES LTDA, garantindo-se a continuidade regular do procedimento licitatório e a observância dos princípios que regem a contratação pública.

4. DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA NO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90543/2024. 4.1. DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA SOLIMÕES LTDA NO PREGÃO ELETRÔNICO N° 90543/2024 NOS LOTES 1, 2, 3, 4, 5, 6 E 11 – PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO APRESENTADO PELA EMPRESA SOLIMÕES LTDA FUNDAMENTADO NO ARTIGO 165, INCISO II, DA LEI N° 14.133/2021 – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. Pois bem, em observância ao princípio da eventualidade, na remota hipótese de que esta Comissão de Obras (SUPEL-COBR), entenda pela admissibilidade do aludido Recurso Administrativo (o que não se admite e aqui se menciona,

subsidiariamente, apenas por apego à argumentação), é imperioso que se reconheça, a invalidade das razões trazidas pela recorrente. Após a fase de lances do Pregão Eletrônico nº 90543/2024, realizado pela SUPEL/RO, a empresa SOLIMÕES LTDA foi declarada vencedora, por atender integralmente às exigências do edital e aos requisitos legais para execução do objeto licitado nos lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11. Ocorre que, a empresa recorrente tenta induzir a erro a Sra. Pregoeira, alegando suposta preclusão do direito de apresentação do Pedido de Reconsideração, face a intempestividade e ausência de interesse recursal, o que não merece prosperar. Assim, antes de adentrar ao mérito da questão, é mister abordar a aplicação do princípio da legalidade. Pois bem, o princípio da legalidade diz que as licitações devem sempre seguir as regras e normas estabelecidas através da legislação brasileira. Atualmente, as licitações no território nacional devem seguir o previsto na Lei de Licitações 14.133/2021, e, quando necessário, as leis gerais que regem as licitações devem ser complementadas através de outros ditames legais, decretos e normas. (...) Feitas as devidas considerações a respeito dos princípios da vinculação ao Instrumento Convocatório e da legalidade, importa adentrar ao mérito da questão aqui discutida. O regime recursal previsto na Lei nº 14.133/2021 é estruturado de modo a conferir celeridade e previsibilidade ao procedimento licitatório, garantindo o contraditório e a ampla defesa dentro de limites legais precisos. Nesse contexto, o art. 165 estabelece os meios recursais disponíveis ao licitante, distinguindo claramente o cabimento do recurso administrativo e do pedido de reconsideração, cada qual com requisitos próprios e com hipóteses de incidência bem delimitadas pelo legislador. O inciso I do art. 165 trata do recurso administrativo com previsão de prazo de três dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata, para embate de determinados atos específicos da condução do certame, como julgamento de propostas e habilitação ou inabilitação de licitantes. Para esse tipo recursal, o §1º, inciso I, exige, de maneira expressa, a manifestação imediata da intenção de recorrer, sob pena de preclusão. Todavia, o pedido de reconsideração possui natureza jurídica e regime legal distintos. Tal ferramenta está prevista de forma autônoma no inciso II do art. 165, sendo cabível "relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico", estabelecendo prazo de três dias úteis contados da intimação do ato, sem qualquer condicionamento à manifestação prévia de intenção. Se não, vejamos: (...) Essa diferenciação não é meramente formal. Trata-se de vontade expressa do legislador, que adotou critérios específicos para assegurar que determinados atos decisórios possam ser reavaliados pela própria autoridade competente quando não exista grau recursal superior, evitando decisões irreversíveis dentro da própria esfera administrativa. Ao contrário do que sustenta a Recorrente, o pedido de reconsideração não se confunde com recurso administrativo do inciso I, do artigo 165. Enquanto este é dotado de caráter hierárquico e sequencial, o pedido de reconsideração é instrumento excepcional de retratação, destinado a situações em que não há instância hierárquica superior para controle do ato questionado. Importante destacar que o §1º do art. 165 não estabelece qualquer exigência relacionada ao pedido de reconsideração, uma vez que a obrigatoriedade de manifestação imediata da intenção de recorrer foi direcionada exclusivamente ao recurso administrativo previsto no inciso I do mesmo dispositivo legal. Assim, sua aplicação limita-se rigorosamente às hipóteses das alíneas "b" e "c", que tratam do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitantes. Qualquer tentativa de estender tal exigência ao pedido de reconsideração configura interpretação ampliativa indevida de norma restritiva de direitos, em evidente afronta ao princípio da legalidade e ao devido processo administrativo, porquanto vedado à Administração criar condicionamentos ou limitar garantias recursais sem amparo expresso na legislação vigente. Assim, a tentativa de estender ao pedido de reconsideração o requisito de manifestação imediata de intenção de recorrer constitui inovação hermenêutica arbitrária, sem amparo no texto legal, violando diretamente o princípio da legalidade, basilar no Direito Administrativo. Ademais, exigir-se manifestação de intenção quando a própria lei NÃO a prevê implicaria negar utilidade ao instrumento recursal do art. 165, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, inviabilizando seu exercício em situações legítimas e frustrando o direito do licitante à revisão administrativa da decisão. No caso concreto, trata-se exatamente da hipótese de cabimento do pedido de reconsideração, pois inexistia recurso hierárquico próprio apto a impugnar o ato atacado, atraindo a incidência do inciso II do art. 165, com o consequente início automático do prazo recursal a partir da intimação. Por conseguinte, cumpre destacar que os precedentes colacionados pela Recorrente não se aplicam ao presente caso, pois tratam de hipóteses vinculadas à preclusão do direito de recorrer no âmbito de recursos administrativos do inciso I, sobretudo em julgamentos de habilitação, sob o rito do §1º, o que NÃO corresponde à dinâmica do pedido de reconsideração. Portanto, não há que se falar em preclusão temporal, uma vez que a SOLIMÕES LTDA exerceu seu direito no prazo e pela via adequada, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, não podendo a recorrente criar obstáculos não previstos em lei a direitos recursais assegurados ao licitante. Logo, o argumento da Recorrente no sentido de que o pedido de reconsideração seria sucedâneo recursal não merece acolhida. Tal afirmação parte de premissa equivocada sobre a sistemática do art. 165, desconsiderando a autonomia técnica do instituto e sua função específica dentro da cadeia decisória administrativa. Observa-se que o pedido de reconsideração apresentado pela recorrida seguiu estritamente o rito legal, sendo apresentado dentro do prazo decadencial e endereçado à autoridade competente para reformar ou manter o ato, cumprindo plenamente sua finalidade procedimental. Qualquer interpretação no sentido de rejeitar liminarmente o conhecimento do pedido de reconsideração por suposta ausência de manifestação de intenção equivaleria a esvaziar o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa, além de afrontar a razoabilidade procedimental própria do estatuto licitatório vigente. Além disso, a alegação da Recorrente de que o pedido de reconsideração teria sido manejado com o intuito de tumultuar o procedimento não encontra qualquer respaldo fático ou jurídico. O exercício de direito previsto em lei, no prazo legal e pela via adequada, jamais pode ser qualificado como comportamento temerário ou desleal. Tal narrativa, portanto, configura mera tentativa de criar um ônus argumentativo artificial, para deslegitimar o direito de defesa da empresa SOLIMÕES LTDA. A manutenção da legalidade e da coerência procedimental, como se verificou no presente caso, é justamente o que assegura a regularidade e isonomia do certame. Diante de todo o exposto, resta evidente que o pedido de reconsideração encontra perfeito amparo no art. 165, II, da Lei nº 14.133/2021, não havendo respaldo jurídico para o reconhecimento de preclusão, tratando-se, portanto, de meio regular e tempestivo de insurgência administrativa, devendo ser mantida a decisão de habilitação da SOLIMÕES LTDA nos lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11 pela Sra. Pregoeira.

4.2. DO ATENDIMENTO INTEGRAL PELA EMPRESA SOLIMÕES LTDA AOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA PREVISTOS NO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90543/2024 – EMPRESA SOLIMÕES LTDA QUE APRESENTOU ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA COMPATÍVEIS COM O OBJETO E COM O QUANTITATIVO DE 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR ESTIMADO – COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE DE SEU BALANÇO PATRIMONIAL E DEMAIS DOCUMENTOS JÁ DEMONSTRADO EM FASE ANTERIOR – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. Além das alegações infundadas acima mencionadas, a empresa P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA tenta rediscutir matéria já analisada anteriormente quanto à qualificação técnica e econômico-financeira da empresa SOLIMÕES LTDA. Cumpre ressaltar que a empresa SOLIMÕES LTDA atendeu integralmente às exigências editalícias relacionadas à qualificação técnica, apresentando atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto da contratação e em plena conformidade com o quantitativo mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimados para o grupo que estiver participando, estabelecidos no Termo de Referência. Os documentos foram submetidos à análise pela autoridade competente, que reconheceu a aptidão da licitante para execução do objeto licitado. Ademais, a SOLIMÕES LTDA comprovou, de maneira robusta e tempestiva, a qualificação econômico-financeira exigida, demonstrando plena capacidade de assumir e executar as obrigações decorrentes da futura contratação. Registre-se que quaisquer questionamentos acerca da suficiência, compatibilidade ou conformidade dos atestados técnicos apresentados foram oportunamente analisados e definitivamente superados na fase própria de habilitação, ocasião em que a Administração reconheceu o integral cumprimento das exigências editalícias pela licitante. No que tange à documentação econômico-financeira, esta foi examinada e considerada regular pela autoridade competente, consolidando entendimento administrativo no sentido da aptidão da SOLIMÕES LTDA para manutenção da sua habilitação, sendo incabível a rediscussão de matéria já decidida e acobertada pela preclusão consumativa. Portanto, é incontestável que a SOLIMÕES LTDA comprovou, de forma idônea, tempestiva e em estrita conformidade com o edital, a qualificação técnica e econômico-financeira exigidas, não havendo espaço para qualquer rediscussão da matéria em razão da preclusão consumativa já plenamente configurada. (...) Portanto, as alegações da Recorrente, destituídas de respaldo fático e documental, revelam mero inconformismo com a classificação legítima e regular da SOLIMÕES LTDA, traduzindo tentativa protelatória e disruptiva que apenas busca tumultuar o andamento do certame e desviar a finalidade pública da contratação. Diante do exposto, impõe-se a integral manutenção da habilitação da empresa SOLIMÕES LTDA nos lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11, em respeito aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da segurança jurídica, da isonomia e da competitividade, evitando-se retrocessos indevidos em fase já superada e assegurando-se a continuidade regular do procedimento licitatório e a finalidade pública da contratação.

4.3. DAS ALEGAÇÕES INFUNDADAS QUANTO ÀS CERTIDÕES APRESENTADAS PELA EMPRESA SOLIMÕES LTDA – EMPRESA QUE ATENDE INTEGRALMENTE ÀS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS – DA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. Novamente as alegações formuladas pela P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA não merecem prosperar. Isso porque a aferição da regularidade fiscal, prevista no artigo 62, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, deve ocorrer no momento da habilitação, sendo essa a referência válida para análise da conformidade do licitante com as exigências editalícias. Eventuais oscilações cadastrais em período anterior ou posterior ao momento processual próprio não possuem aptidão para macular a habilitação regularmente deferida pela Administração. Ademais, cabe destacar que a empresa SOLIMÕES LTDA apresentou toda a documentação fiscal exigida de forma válida e tempestiva ao longo da fase de habilitação, sendo as certidões conferidas e aceitas pela autoridade competente. Não há, portanto, qualquer demonstração objetiva de irregularidade vigente no ato de habilitação que pudesse ensejar a inabilitação da licitante. A interpretação sustentada pela Recorrente amplia indevidamente o conteúdo dos itens 6.2, 12.7 e 12.8 do edital, buscando transformar os em exigência de validade contínua e ininterrupta das certidões durante todo o trâmite do certame, hipótese não prevista no instrumento convocatório e que configura restrição indevida à competitividade, contrariando os princípios da legalidade e da vinculação ao edital. Registre-se, ainda, que a própria Administração possui meios e sistemas oficiais, como o SICAF, para atualização automática de diversas informações de regularidade fiscal, não sendo legítimo imputar à licitante eventual demora ou indisponibilidade dos órgãos emissores, sobretudo quando inexistente decisão administrativa que tenha apontado qualquer irregularidade contemporânea à habilitação. Dessa forma, resta evidenciado que a pretensão da Recorrente constitui tentativa de rediscutir matéria já saneada em fase própria, o que encontra óbice claro na preclusão consumativa, asseguradora da estabilidade procedimental e da segurança jurídica dos atos praticados. Assim, carecem de fundamento técnico-jurídico as alegações de certidões vencidas, impondo-se a rejeição integral do argumento, mantendo a habilitação da empresa SOLIMÕES LTDA nos lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11, em atenção aos princípios licitatórios.

4.4. DA REFORMA DA DECISÃO PROFERIDA NO ANDAMENTO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90027/2025/SUPEL/RO. A argumentação apresentada pela Recorrente revela-se incompleta e destituída de fidelidade aos fatos. No Pregão Eletrônico nº 90027/2025/SUPEL/RO, utilizado como fundamento para sustentar suposto "padrão reiterado de irregularidades", a decisão inicialmente proferida pela Administração foi expressamente reformada, com o reconhecimento posterior da plena habilitação da empresa SOLIMÕES LTDA, após a análise completa da documentação apresentada. Assim, ao omitir a existência da decisão final de habilitação, a Recorrente pretende induzir a erro quanto à real conclusão do certame anterior, manipulando parcialmente o contexto para construir artificialmente uma imagem de irregularidade inexistente. O próprio órgão licitante, em decisão revisada, confirmou que a documentação econômico-financeira da empresa se encontrava regular, válida e apta ao atendimento das exigências editalícias, afastando integralmente qualquer apontamento contrário, conforme decisão reformada anexa à presente peça. O que se observa por parte da Administração Pública é coerência decisória: em ambos os certames, quando realizado o exame completo e conclusivo dos documentos apresentados, a habilitação da SOLIMÕES LTDA foi corretamente reconhecida, em estrito respeito aos princípios da legalidade, razoabilidade e vinculação ao instrumento convocatório. Desse modo, não há similitude fática entre a situação alegada e o presente caso que permita sustentar eventual expectativa legítima da Recorrente. A interpretação oferecida pela empresa P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ignora o desenvolvimento natural do procedimento administrativo e busca, de forma enviesada, fazer prevalecer ato preliminar posteriormente superado pela Administração em sede de saneamento e correção decisória. Portanto, resta evidente que a tentativa da P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA de utilizar trecho isolado e descontextualizado de outro certame não se sustenta sob qualquer prisma jurídico. O precedente invocado, na verdade, reforça o acerto das decisões ora combatidas, demonstrando que a Administração atua de maneira uniforme e juridicamente responsável na análise documental, reconhecendo a habilitação da SOLIMÕES LTDA sempre que atendidos os requisitos normativos e editalícios, como ocorreu no presente pregão.

5. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS Diante de todo o exposto e dos sólidos elementos legais, requer-se a Vossa Senhoria: (a) O desprovidimento do Recurso Administrativo

interposto pela licitante P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI EPP, na licitação do Pregão Eletrônico nº 90543/2024 lançado pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO, mantendo a habilitação e a classificação da proposta da empresa SOLIMÕES LTDA, pelas razões de defesa, princípios norteadores da licitação e da Legislação vigente, nos termos da fundamentação; Pede deferimento, (...) II – DO MÉRITO Passa-se à análise dos pontos suscitados no recurso interposto pela empresa P.H.B MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, ora Recorrente, em face da decisão que habilitou a empresa SOLIMÕES LTDA nos Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 11, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90543/2024. A Recorrente sustenta que a empresa SOLIMÕES LTDA não teria atendido às exigências editalícias, alegando a existência de inconsistências nos sucessivos aumentos de capital social, o que, segundo defende, poderia evidenciar simulação na integralização de capital com vistas à obtenção de vantagens indevidas na licitação, mascarando sua real condição econômico-financeira. Alega, ainda, apresentação de proposta em desconformidade com o edital, existência de certidões vencidas e ausência de comprovação da qualificação técnica, em razão de suposta incompatibilidade dos atestados apresentados. Argumenta, também, que a empresa SOLIMÕES LTDA teria apresentado Pedido de Reconsideração no momento inadequado, afirmando ser incabível tal via recursal para questionar atos de inabilitação, razão pela qual pugna pela reforma da decisão, com a consequente inabilitação da empresa habilitada. Pois bem. É importante esse resgate para entendermos que apesar de o objetivo da licitação ser de assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa para a Administração Pública, a licitação também tem o propósito de assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e esse último só é possível com o estabelecimento de regras que devem ser aplicados a todos que participam do certame. O Pregão Eletrônico é composto pela fase de lances, fase de verificação e conformidade da proposta, com as suas respectiva análises, onde, após aceita, posteriormente é feita a verificação dos documentos de habilitação da proposta aceita. É na habilitação que os licitantes apresentam seus documentos para comprovar sua aptidão para celebrar um negócio com a Administração Pública. A PHB faz menção ao Pregão eletrônico nº 90027/2025/SUPEL/RO, alegando as mesmas irregularidades da Solimões neste certame. No entanto, quanto ao processo mencionado, foram analisados novamente os fatos, também através de pedido de reconsideração e diligência, o que, após o julgamento, a empresa foi HABILITADA novamente ao certame em questão, com status atual de adjudicada e homologada, não sendo verídicos então, os fatos que alega a empresa no presente recurso apresentado. No cumprimento das exigências editalícias, a empresa SOLIMÕES LTDA apresentou todos os documentos de habilitação, cumprindo com o envio de todas as certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, os documentos de qualificação econômica - financeira, além dos documentos que comprovam a sua qualificação técnica. No tocante ainda à documentação de habilitação jurídica, na 1ª fase do certame, foi impetrado recurso, onde, foi julgado procedente as alegações, e que, após o Pedido de Reconsideração, analisados novamente os fatos através de diligência, foi reconsiderada e habilitada novamente no certame. Em relação as alegações acima mencionadas, a empresa P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA tenta rediscutir matéria já analisada anteriormente quanto à qualificação técnica e econômico-financeira da empresa SOLIMOEES LTDA. Ressaltando-se que a empresa SOLIMÕES LTDA atendeu às exigências editalícias relacionadas à qualificação técnica, apresentando atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto da contratação, estando em conformidade com o quantitativo mínimo exigido via Edital no item 12.4.1, onde foram estimados o percentual de 10% para o grupo que estiver participando. Quanto as alegações de certidões vencidas apresentadas pela empresa SOLIMOEES, esta apresentou toda a documentação fiscal, social e trabalhista exigida, de forma válida ao longo da fase de habilitação, prevista no artigo 62, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, deve ocorrer no momento da habilitação, sendo esse o momento para referência válida da análise da conformidade do licitante. No que tange ao regime recursal previsto no Art. 165 da Lei nº 14.133/2021, estabelece os meios recursais disponíveis ao licitante, distinguindo claramente o cabimento do recurso administrativo e do pedido de reconsideração, cada qual com requisitos próprios e com hipóteses de incidência bem delimitadas como podemos ver a seguir: Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de: (...) II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico. Sendo assim, verifica-se que o pedido de reconsideração apresentado pela recorrida, seguiu aos seus devidos trâmites legais, sendo apresentado dentro do prazo, cumprindo plenamente sua finalidade procedimental. Cabe destacar que, como já informado anteriormente, a empresa P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA já apresentou peça recursal em outro momento, no entanto, a peça atualmente apresentada não pode ser admitida, visto que foi atingida pela preclusão consumativa. Quanto preclusão consumativa, entende-se que é a perda da prerrogativa processual de praticar determinado ato por já tê-lo praticado. Estando ligado diretamente aos princípios da eventualidade, no qual o recorrente deverá alegar toda matéria de defesa em sua peça Recursal, bem como aos princípios da singularidade, que por sua vez consagra a premissa de que, para cada decisão a ser apresentada, há um único recurso próprio e adequado previsto no ordenamento jurídico. O doutrinador Leonardo Greco é categórico ao afirmar: A singularidade, também conhecida como a unirecorribilidade, estabelece que contra qualquer decisão caiba apenas um único recurso, que somente pode ser interposto uma única vez. Assim, interposto o recurso cabível, não poderá o recorrente, por exemplo, interpor novamente o mesmo recurso ou aditá-lo para aduzir outros argumentos, já que operada na espécie a chamada preclusão consumativa. Logo, não cabe à parte recorrente, pretender rediscutir matéria preclusa, sob pena de violação direta à segurança jurídica e à estabilidade dos atos administrativos praticados no decorrer do certame. O acolhimento de tal pretensão implicaria afronta ao princípio da legalidade e da segurança jurídica, permitindo que um licitante mantenha indefinidamente em aberto o resultado de fases já finalizadas. Este entendimento é também consolidado pela jurisprudência: O Tribunal de Contas da União é claro no sentido de que não cabe reabrir fases já decididas sem fato novo relevante: TCU – Acórdão 2544/2023 – Plenário “A preclusão lógica impede que a parte volte a discutir matéria anteriormente apreciada e decidida.” A partir desse momento, as mesmas alegações já analisadas anteriormente (capital social, balanço, e atestados) não podem ser novamente reexaminadas, sob pena de: a) violação à preclusão administrativa; b) quebra da segurança jurídica; c) violação ao princípio da estabilidade das decisões administrativas. Superada a fase própria, resta inviabilizada qualquer tentativa de reabrir o debate sobre matéria definitivamente consolidada nos autos, sob pena de violação à segurança jurídica e ao devido encadeamento das etapas do certame. Permitir que, a cada nova sessão se abra nova oportunidade para discutir fatos passados violaria os princípios da segurança jurídica, da isonomia e da razoável duração do processo, em resumo, violações a vários dispositivos constitucionais e legais. Portanto, as razões recursais apresentadas pela empresa P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA mostram-se totalmente inadequadas, ineficazes e juridicamente incabíveis, não merecendo conhecimento, na medida em que pretendem discutir aspectos já acobertados pela preclusão consumativa. Assim, mantêm-se integralmente a decisão deste Pregoeiro que habilitou a empresa SOLIMÕES LTDA, assegurando-se a continuidade regular do certame e a fiel observância dos princípios da legalidade, isonomia, segurança jurídica e eficiência. III – DECISÃO Diante de todo o exposto, e com fundamento nas razões de fato e de direito acima delineadas, este Pregoeiro, amparado na documentação constante dos autos, nas regras do Edital e na legislação aplicável à espécie, delibera pelo recebimento dos recursos interpostos, considerando-os tempestivos. No mérito, após análise detida das questões suscitadas, e em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, supremacia do interesse público, probidade administrativa, igualdade, transparência, eficácia, motivação, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, economicidade, desenvolvimento nacional sustentável, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, este Pregoeiro nega o provimento do recurso interposto pela empresa P. H. B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI - EPP, julgando-o IMPROCEDENTE, mantendo a decisão que havia habilitado a empresa SOLIMÕES LTDA nos referidos lotes. Assim, restam preservados os princípios da legalidade e da isonomia, reafirmando o compromisso desta Administração com a lisura, transparência e integridade do processo licitatório. Porto Velho, 08 de dezembro de 2025. JOHNNESCLEY ANES DE MORAIS Pregoeiro da Comissão de Obras - COOBR/SUPEL/RO Portaria nº 323 de 08 de dezembro de 2025 (0067196447)

Revisao da autoridade competente

| | | |
|---|---|----------------------------------|
| Nome NOME | Decisão tomada mantida decisão não procede | Data decisão 13/12/2025 21:19 |
| Fundamentação Decisão nº 157/2025/SUPEL-ASTEC Pregão Eletrônico n.º 90543/2024/SUPEL/RO Processo Administrativo: 0009.004523/2024-21 Interessada: Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER/RO. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil (Básico, Elétrico, Hidrossanitário e Cabeamento Estruturado) destinados à execução direta de serviços comuns de engenharia, visando atender às demandas das residências regionais e usinas de asfalto vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER/RO. Assunto: Decisão em julgamento de recurso. Vistos, etc. Aportaram os autos para elaboração de decisão da autoridade superior, nos termos do artigo 165, § 2º da Lei n.º 14.133/2021. Os autos do presente processo versam sobre procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto a Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil (Básico, Elétrico, Hidrossanitário e Cabeamento Estruturado) destinados à execução direta de serviços comuns de engenharia, visando atender às demandas das residências regionais e usinas de asfalto vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER/RO. Verifica-se que a empresa PHB MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA interpôs recurso tempestivo, Id. (0066625511), em face da decisão do condutor do certame que classificou e habilitou a empresa SOLIMÕES LTDA para os lotes 01, 04, 05 e 06 do presente certame. A recorrida por sua vez apresentou tempestivamente as contrarrazões, Id. (0066626019). Desta feita, passa-se à análise recursal. Verifica-se que a recorrente sustenta que a recorrida, empresa SOLIMÕES LTDA não teria atendido às exigências editalícias, alegando ausência da comprovação de qualificação técnica através de atestados técnicos de fornecimento de insumos compatíveis em objeto e quantidade do licitado; Alega, ainda, a apresentação de inconsistências no Balanço Patrimonial que não correspondem à realidade financeira da empresa, vez que desconSIDERA o aumento do capital social a integralizar, sem o respectivo aporte financeiro, conforme fatos e documentos comprobatórios expostos neste recurso administrativo; Argumenta, também, de que a declaração de que a Solimões LTDA não atende às exigências de qualificação técnica do item 12.4.3 do Edital, bem como não comprova adequadamente sua capacidade econômico-financeira, em consonância com os artigos 62 e 69 da Lei nº 14.133/2021. Por fim, argumenta ainda, que a empresa SOLIMÕES LTDA teria apresentado Pedido de Reconsideração no momento inadequado, afirmando ser incabível tal via recursal para questionar atos de inabilitação, razão pela qual pugna pela reforma da decisão, com a consequente inabilitação da empresa habilitada. O Pregoeiro, por sua vez, analisou o recurso e após minuciosa análise, concluiu em seu competente e fundamentado despacho que não há motivo para realizar uma retratação da sua decisão proferida nos autos. Vejamos: O Pregão Eletrônico é composto pela fase de lances, fase de verificação e conformidade da proposta, com as suas respectiva análises, onde, após aceita, posteriormente é feita a verificação dos documentos de habilitação da proposta aceita. É na habilitação que os licitantes apresentam seus documentos para comprovar sua aptidão para celebrar um negócio com a Administração Pública. Cabe elucidar o que no cumprimento das exigências editalícias, a empresa SOLIMÕES LTDA apresentou todos os documentos de habilitação, cumprindo com o envio de todas as certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, os documentos de qualificação econômica - financeira, além dos documentos que comprovam a sua qualificação técnica. Verifica-se também, no tocante à documentação de habilitação jurídica, na 1ª fase do certame, foi impetrado recurso, onde, foi julgado procedente as alegações, e que, após o Pedido de Reconsideração, analisados novamente os fatos através de diligência, foi reconsiderada e habilitada novamente no certame. Vejamos a Jurisprudência acerca do dever de diligência pelo TCE-SC "No processo REP 25/00182929, o Tribunal de Contas catarinense examinou representação interposta por empresa declarada vencedora de pregão eletrônico para manutenção e instalação da iluminação pública em município catarinense. A licitante, embora classificada em primeiro lugar com valor inferior à segunda colocada, foi inabilitada por | | |

não apresentar, no momento da habilitação, certificado da Companhia de Eletricidade de Santa Catarina (Celesc) contendo menção expressa à atividade de manutenção, ainda que possua atestados técnicos comprovando experiência prévia e posterior documento atualizado confirmando a aptidão exigida. A decisão concluiu que o pregoeiro incorreu em interpretação restritiva de requisito técnico, deixando de exercer o dever de diligência previsto no artigo 64 da Lei nº 14.133/2021. Essa omissão gerou prejuízo estimado em aproximadamente R\$ 100 mil, decorrente da contratação de proposta mais onerosa. O relator destacou que o formalismo exacerbado compromete a finalidade da licitação, pois privilegia a forma em detrimento do resultado. Ressaltou, ainda, que a diligência não é faculdade discricionária absoluta, mas exigência de atuação diligente e razoável, sobretudo quando há dúvida sanável. O referido precedente reafirmou o entendimento de que a administração deve ponderar entre segurança procedimental e eficiência, adotando medidas proporcionais e compatíveis com o interesse público. O princípio do formalismo moderado, já consolidado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.211/2021 – Plenário), encontra correspondência direta no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, que impõe a observância da eficiência e da economicidade em todas as fases do processo licitatório. De outro giro, as alegações acima mencionadas, a empresa recorrente P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA tenta rediscutir matéria já analisada anteriormente quanto à qualificação técnica e econômico-financeira da empresa recorrida SOLIMOES LTDA. Verifica-se nos autos que a empresa SOLIMÕES LTDA atendeu às exigências editalícias relacionadas à qualificação técnica, apresentando atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto da contratação, estando em conformidade com o quantitativo mínimo exigido via Edital no item 12.4.1, onde foram estimados o percentual de 10% para o grupo que estiver participando. De acordo com as exigências do Ato Convocatório a empresa recorrida SOLIMÕES LTDA atendeu às exigências editalícias relacionadas à qualificação técnica, apresentando atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto da contratação, conforme se verifica na documentação da recorrida SOLIMÕES LTDA acostada aos autos. Portanto, estando em conformidade com o quantitativo mínimo exigido via Edital no item 12.4.1, onde foram estimados o percentual de 10%. Verifica-se ainda, constar nos autos a Análise 50 Técnica Recurso x Contrarrazão Solimões (0063624100), emitida pela Coordenadoria de Logística - DER-CLOG, onde afirma através do seu Corpo Técnico que a empresa Solimões Ltda., adjudicatária dos Lotes 01, 04, 05, 06 e 13, atendeu aos requisitos conforme exigido no instrumento convocatório, no tocante a sua proposta comercial apresentada é tecnicamente viável, economicamente equilibrada e operacionalmente exequível, à luz do regime tributário adotado, dos documentos comprobatórios apresentados e da ausência de exigência específica no edital quanto aos percentuais de BDI e encargos sociais; a análise cruzada entre os itens adjudicados e os materiais descritos nos atestados confirma a compatibilidade técnica exigida e que não foram identificados vícios materiais ou formais que justifiquem a inabilitação da empresa. Nesse vies, se o licitante demonstrou o cumprimento de determinada exigência, de forma solicitada, deve-se reputar satisfatória a atuação do indivíduo, não se cogitando sua inabilitação ou desclassificação, que em nada comprometem a segurança e idoneidade da proposta ou dos documentos apresentados. Portanto, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório não pode ser interpretado de modo absoluto, a ponto de tornar a licitação extremamente formalista, impondo-se, ao contrário, que a Comissão faça uma leitura do edital à luz dos primados da razoabilidade proporcionalidade e principalmente finalidade. Portanto, não assiste razão aos argumentos da recorrente. Ressalta-se que a estrita observância dos princípios norteadores das contratações públicas, expressamente previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, não apenas confere legitimidade e confiabilidade ao procedimento, como também assegura a adequada fiscalização, a igualdade de condições entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para o interesse público, fundamentos indispensáveis à boa governança e à proteção do erário. Pontua-se dentro deste escopo, que todos os procedimentos e análises foram realizadas com absoluta imparcialidade, de forma objetiva e dentro da legalidade estabelecida, de modo a garantir o tratamento isonômico entre os participantes, bem como a segurança jurídica durante todo o desenvolvimento do certame em tela. Assim, de acordo com a doutrina e jurisprudência, na situação concreta não se verifica qualquer ilegalidade ou vício capaz de alterar a decisão do Pregoeiro. Em última análise, não merecem acolhimento as teses trazidas à baila pela recorrente. É, sim, caso de manutenção da decisão exarada e consequente desprovisionamento do recurso interposto pela empresa pela Recorrente. Por todo o exposto, em atenção as razões e fundamentos destacados no Termo de Julgamento de Recurso, Id. (0066629284), que elaborado em observância às razões recursais, Id. (0066625511), e respectivas contrarrazões, Id. (0066626019) apresentadas no certame, não vislumbro qualquer irregularidade na decisão do Pregoeiro. Isto posto, DECIDO conhecer e julgar: 1. IMPROCEDENTE o recurso interposto pela empresa PHB MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, de forma a manter a habilitação da empresa SOLIMÕES LTDA, para os LOTES 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 11 do presente certame; Em consequência, MANTENHO a decisão do Pregoeiro. Ao Pregoeiro para ciência e providências aplicáveis à espécie. Porto Velho/RO, data e hora do sistema. MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELENO Superintendente Estadual de Compras e Licitações